



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – DCSA
Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis

PIX E AS VENDAS A PRAZO INFORMAIS: O IMPACTO NA CONTABILIDADE E NA GESTÃO DOS MICROEMPREENDEDORES

Contabilidade Financeira

Lincolyleandsson Fernandes da Silva- UFPB – lincoly23@gmail.com

Prof. Dr. João Marcelo Alves Macêdo- UFPB – joao.marcelo@academico.ufpb.br

Prof. Dr. Luiz Marcelo M. do A. Carneiro Cabral - UFPB – luizmarcelocb@hotmail.com

Profa. Arianes Silva Moura - UFPB – arianes.moura@hotmail.com

Resumo

Os microempreendedores têm um grande desafio no ambiente de negócios, o qual é a gestão dos recebimentos. Uma vez que muitos desses não ocorrem no momento da venda, sendo empregadas as vendas a prazo. Especialmente as informais, que em alguns lugares são chamadas de “fiado” ou pendura, bem como as do caderninho, fazendo uma alusão à anotação para pagamento posterior. Assim, o presente artigo se propôs a analisar como a adoção e uso do sistema de pagamentos instantâneos, paralelamente com as vendas a prazo informais, e seu impacto na contabilidade e na gestão dos microempreendedores. A metodologia envolveu uma revisão da literatura abrangendo o PIX e seu impacto no comércio informal e gestão empresarial. E também, uma pesquisa de campo, junto aos microempreendedores e consumidores, por meio de um formulário eletrônico. Os resultados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa. Os achados destacam que a adoção do Pix proporcionou uma experiência de pagamento mais conveniente e ágil para os consumidores, especialmente em transações informais a prazo. Isso tem influenciado positivamente o comportamento do consumidor, aumentando a propensão a realizar compras a prazo e gerando uma maior fidelização. No entanto, a implementação do PIX também apresenta desafios para os microempreendedores, especialmente em termos de adaptação dos sistemas contábeis e gestão financeira. A necessidade de garantir a segurança das transações e cumprir obrigações fiscais adicionais também é destacada como uma preocupação para os microempreendedores. Em suma, este estudo demonstrou que a adoção e uso do PIX nas vendas a prazo informais têm um impacto significativo na contabilidade e na gestão dos microempreendedores, mesmo que com escopo de análise limitado. Essas descobertas contribuem para uma compreensão mais abrangente dos efeitos e estimulam mais pesquisas com que abarquem a temática dessa inovação tecnológica no contexto empresarial contemporâneo.

Palavras-chave: Microempreendedor. PIX. Vendas.

1 Introdução

O advento do sistema de pagamentos instantâneo (PIX) no cenário brasileiro representa um marco significativo na temática da inclusão financeira, assumindo especial relevância no contexto social de 2023, no qual a população enfrentou um prolongado período

de distanciamento social em decorrência da pandemia de Covid-19. Implementado em 2020, o PIX emergiu como uma inovação disruptiva nos meios de pagamento, conquistando ampla adoção entre os brasileiros (Silva, 2023).

A relevância da inclusão financeira, no contexto pós-pandêmico, ganha destaque em virtude das transformações ocorridas na dinâmica econômica, impulsionadas pela necessidade de adaptação a um ambiente digital mais abrangente. Nesse cenário, a ascensão das contas digitais tornou-se uma tendência marcante, representando uma resposta à demanda por soluções financeiras ágeis e acessíveis.

Historicamente, os serviços oferecidos pelos bancos convencionais no ambiente digital eram limitados, prejudicando a capacidade da população de realizar transações online com facilidade. O PIX, por sua vez, emergiu como um catalisador crucial para a inclusão financeira no Brasil, proporcionando uma infraestrutura eficiente e ágil para pagamentos, especialmente em um contexto em que as compras online ganharam protagonismo (Santiago; Zanetoni; Vita, 2020)

Assim, a análise crítica do impacto do PIX revela não apenas a sua função como meio de pagamento, mas também seu papel transformador na ampliação do acesso aos serviços financeiros, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e adaptada às demandas contemporâneas.

Os microempreendedores, os quais são os protagonistas deste estudo, são os principais afetados com a inclusão financeira e o surgimento do PIX, especialmente ao considerar as vendas a prazo. O termo “fiado” refere-se a uma transação de venda e compra a crédito, realizada a prazo, sem a exigência de garantias formais ou o oferecimento de qualquer ativo como segurança para o compromisso de pagamento futuro (Neves, 2021).

Essa prática transcende outras formas de crédito informal, como duplicatas, notas promissórias ou cheques a prazo. O “fiado” incorpora características distintivas, sendo uma delas a presença imaterial da relação social subjacente. Outra característica tangível é a existência física de uma “caderneta” ou “notinha” que registra as transações realizadas nesse contexto específico (Rogers e Rogers, 2021). Com o PIX, as vendas deixam de ser consideradas informais e são tidas como formais, fiscalizadas pela Receita Federal.

A estrutura das micro e pequenas empresas apresenta características particulares que as diferenciam das empresas de maior porte. Isso justifica a necessidade de abordar sua gestão com uma perspectiva diferenciada, uma vez que enfrentam problemas específicos e exibem uma considerável heterogeneidade. As dificuldades e restrições enfrentadas por essas empresas incluem o acesso a crédito, uma carga tributária elevada, a escassez de mão-de-obra especializada e, sobretudo, a dificuldade na compreensão dos aspectos financeiros e contábeis do negócio.

Conforme observado por Stroeher (2005), a falta de compreensão da lógica contábil muitas vezes leva os relatórios financeiros preparados pelo contador a serem percebidos como simples cumprimento de obrigações legais, em vez de fornecerem ao administrador ou proprietário informações úteis para o processo de tomada de decisões. A importância de uma compreensão sólida dos aspectos financeiros e contábeis destaca-se como um desafio significativo para a gestão eficaz das micro e pequenas empresas.

A vulnerabilidade das micro e pequenas empresas, aliada à falta de informações contábil-financeiras em seu processo de tomada de decisão, as coloca em uma posição de maior suscetibilidade diante da concorrência. Isso destaca a necessidade de um controle mais eficaz, visando a tomada de decisões mais estruturadas que conduzam a resultados mais favoráveis.

Nesse sentido, a contabilidade desempenha um papel crucial ao gerar informações para os empresários, favorecendo a tomada de decisões mais acertadas e oportunas. O objetivo fundamental das informações contábeis é auxiliar os diversos usuários no processo decisório,

sendo crucial que essas informações sejam compreendidas de maneira clara para contribuir efetivamente para a melhoria dos resultados empresariais (Horngren, Sundem e Stratton, 2006).

É pertinente observar que, em contextos como o da pandemia da Covid-19, as medidas restritivas impactaram consideravelmente os microempreendimentos (Guimarães Júnior, 2020; Mendes, 2021; Nery, 2020; Locatelli, Tessaro & Danieli, 2020). Dados oriundos de pesquisas voltadas a analisar os efeitos das ações de prevenção ao contágio revelam que as atividades mais impactadas foram as prestadoras de serviços e o comércio, com percentuais de 51% e 23,7%, respectivamente (Locatelli, Tessaro & Danieli, 2020).

Ademais, constatou-se que sete em cada dez empresas experimentaram impactos negativos nas vendas ou serviços, sendo as pequenas empresas as mais afetadas, com redução de até 70,9% nas vendas (Nery, 2020). Essas circunstâncias atestam a necessidade premente de adaptação e investimento em estratégias digitais para a sobrevivência e prosperidade dos microempreendimentos diante de cenários desafiadores.

Diante disso, nesse artigo se propôs analisar como a adoção e uso do sistema de pagamentos instantâneos, paralelamente com as vendas a prazo informais, e seu impacto na contabilidade e na gestão dos microempreendedores. Além disso, pretende-se pontuar o nível de adoção do sistema de pagamentos instantâneo (PIX) por parte dos consumidores e dos negócios em diferentes segmentos socioeconômicos; analisar como o PIX estimulou a inclusão digital e o acesso aos serviços bancários, pelos consumidores a produtos e serviços oferecidos por microempreendedores; identificar os desafios enfrentados e o nível de adesão por microempreendedores na implementação e utilização do PIX em suas transações comerciais; e por fim, verificar se a aceitação do PIX pelos consumidores influencia positivamente as vendas e o crescimento dos microempreendimentos.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Contabilidade e os microempreendimentos

Os microempreendedores individuais demandam orientações apropriadas e estratégias para viabilizar o avanço e obtenção de lucro em seus empreendimentos. O primeiro aspecto que pode ser considerado facilitador para o crescimento do microempreendedor é assegurar a formalização de seu negócio, podendo contar, para isso, com os benefícios proporcionados pela Lei Complementar n.º 128, promulgada em 19 de dezembro de 2008, que concede vantagens a trabalhadores informais (Tenconi, 2011).

Após a formalização, a contabilidade surge como uma ferramenta crucial de apoio para as empresas, permitindo um maior controle nos aspectos financeiros e econômicos. Dessa maneira, a contabilidade para o MEI contribui na busca por soluções que, sem assistência, poderiam não ser identificadas, cabendo aos contadores o papel de apresentar informações úteis, claras e objetivas ao empresário.

Outro elemento a ser destacado como significativo suporte ao microempreendedor é a elaboração de um planejamento eficaz que abranja todos os aspectos da empresa. Assim, é essencial que, antes de iniciar o desenvolvimento de uma organização empresarial, sejam elaborados planos que contribuam para objetivos estabelecidos e direcionamentos apropriados, com o intuito de liderar e controlar a empresa de forma abrangente. É crucial observar que um planejamento bem elaborado é a chave para a empresa alcançar o sucesso e, para realizá-lo, é necessário ter domínio sobre todos os aspectos contábeis da organização (Teófilo; Zamperetti, 2018).

A contabilidade em micro e pequenas empresas pode ser gerida como um departamento interno, com funcionários próprios da empresa, ou como um serviço fornecido por um profissional terceirizado. A terceirização é uma estratégia visando eficiência operacional, caracterizada pela contratação de serviços realizados por uma empresa que não desempenha a

função principal, considerada a atividade-fim da empresa, atuando como uma empresa especializada em atividade-meio (Martins, 2017).

A terceirização se apresenta, entre outros aspectos, como um meio de direcionar os esforços da empresa para seu objeto principal, delegando aos especialistas assuntos de maior complexidade, aos quais estão mais aptos a compreender. Dado que a contabilidade é frequentemente percebida como um tema complexo para os micro e pequenos empresários, manter essa atividade internamente pode representar um risco (Longenecker 2018). Assim, a maioria das micro e pequenas empresas opta por terceirizar esse tipo de serviço. A seguir será apresentado como o sistema de pagamento instantâneo surgiu para analisarmos o impacto deste meio de pagamento no cenário dos microempreendedores.

2.2 Sistema de pagamento instantâneo (PIX) e os Micro Empreendedores Individuais (MEI)

O PIX, sistema de pagamento instantâneo desenvolvido pelo Banco Central do Brasil e oficialmente lançado em novembro de 2020, representa uma inovação significativa no cenário financeiro brasileiro. Seu propósito primordial é impulsionar a eficiência do mercado nacional, proporcionando um método de pagamento e transferência caracterizado pela celeridade, praticidade e, sobretudo, segurança (Banco Central do Brasil, 2024).

Diferenciando-se de outros métodos de transferência e pagamento no Brasil, como Transferência Eletrônica Disponível (TED), Documento de Crédito (DOC) e o boleto, o PIX oferece diversas vantagens. Sendo um meio eletrônico, as transações PIX são concluídas em questão de segundos, sem restrição de horário, operando 24 horas por dia, sete dias por semana. Além disso, destaca-se pela ausência de custos associados tanto para o pagador quanto para o recebedor (Banco Central do Brasil, 2024).

A abrangência do PIX é notável, permitindo transferências imediatas entre usuários. Para utilizar esse sistema, é necessário que tanto o pagador quanto o recebedor tenham uma conta bancária ou carteira digital vinculada a uma instituição financeira brasileira. O PIX utiliza uma chave única fornecida pelo recebedor, que pode ser um Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), e-mail, número de telefone ou mesmo uma chave aleatória. Essa abordagem dispensa a necessidade de informar dados tradicionais, como agência, conta ou código do banco, simplificando o processo transacional (Banco Central do Brasil, 2022).

O conceito do mecanismo de pagamentos instantâneos no Brasil teve sua concepção inicial durante o governo do Presidente Michel Temer (2016-2019). Posteriormente, na gestão de Roberto Campos Neto, em 2019, ocorreu a divulgação da plataforma pelo então presidente do BACEN durante o mandato de Jair Messias Bolsonaro. O lançamento oficial e a liberação para uso pela população ocorreram no ano seguinte. De acordo com um relatório da Federação Brasileira de Bancos, 85% dos brasileiros expressaram aprovação em relação ao PIX (Federação Brasileira dos Bancos, 2023).

A introdução dessa ferramenta de pagamento instantâneo pelo BACEN em novembro de 2020, coincidiu com o auge da pandemia. Nesse contexto, os consumidores brasileiros, que anteriormente se limitavam a compras presenciais e utilizavam métodos de pagamento tradicionais, como dinheiro e cartões, passaram a explorar diversas tecnologias, como QR Codes, Cartões NFC de aproximação (Near Field Communication) e, notadamente, o PIX, em suas atividades cotidianas. Isso se deve ao impulso dado à digitalização de compras, transações e comércio eletrônico, acelerado pelo cenário da pandemia da Covid-19 (Leite, 2021).

Com mais de 138,4 milhões de usuários cadastrados no Brasil, o PIX, enquanto uma iniciativa do Banco Central, pode ser considerado uma medida de política pública de grande alcance. É particularmente relevante notar que 41,7% dos usuários do sistema possuem renda

mensal de até R\$ 1,5 mil, demonstrando seu impacto positivo nas classes mais baixas (Schreiber, 2022).

Graças ao contexto pandêmico e à rápida adesão ao PIX por parte da população, o Banco Central exerce um papel ativo como agente promotor de mudanças em um ambiente de negócios que, até recentemente, era dominado por algumas grandes instituições financeiras privadas e federais. Dentre as mudanças provocadas, destacam-se:

- a) A quebra da exclusividade das principais bandeiras e credenciadoras em 2010;
- b) Regulamentação do mercado de pagamentos com a criação do papel de instituição de pagamento em 2013;
- c) Autorização de abertura de contas 100% digitais em 2016;
- d) Estabelecimento da obrigatoriedade de aceitação de todas as bandeiras em todas as credenciadoras em 2017;
- e) Regulamentação de pagamentos instantâneos e Open Banking em 2020.

Ao verificar os movimentos regulatórios desse agente econômico, é possível inferir que o Banco Central tem trabalhado para proporcionar condições mais democráticas de acesso aos serviços bancários. Isso inclui a apresentação de formas e meios mais simples, bem como a redução dos custos de entrada ao sistema financeiro para os usuários. Vale ressaltar que ainda existem cerca de 45 milhões de adultos brasileiros sem conta bancária, o que os exclui praticamente do sistema financeiro nacional. Além disso, apenas 20% dos microempreendedores individuais (MEI) mantêm algum tipo de relacionamento bancário (Santiago, Zanetoni, 2020).

Nesse sentido, a adoção do PIX por parte das pequenas empresas e microempreendedores questiona-se como a implementação pode contribuir para o aumento da inclusão financeira e social desses agentes na economia brasileira. Assim, o PIX pode ser interpretado como uma ferramenta capaz de promover a inclusão financeira e social ao oferecer uma forma de pagamento eletrônico acessível, segura e simplificada.

Além disso, sua implantação pode resultar na redução dos custos de transação, expansão da base de clientes, aumento da eficiência nas transações financeiras e inclusão de empreendedores que, de outra forma, não teriam acesso a serviços bancários tradicionais. Dessa forma, a implementação do PIX por micro e pequenos empreendedores não apenas representa uma resposta às exigências de um ambiente tecnologicamente avançado. Verifica-se que também emerge como um catalisador para a inclusão financeira, desempenhando um papel significativo na promoção da equidade econômica e social a medida em que se propõe a regularizar o crédito informal.

Para ilustrar e comprovar tais inferências existem vários estudos como uma pesquisa conduzida pela Serasa Experian em 2021 revela que uma parcela significativa de Microempreendedores Individuais (MEIs), aproximadamente 64 mil, experimentou crescimento durante a pandemia, resultando na mudança de sua natureza jurídica para micro ou pequena empresa. Este fenômeno foi particularmente evidente no setor comercial, com um aumento de 9%, contrastando com o incremento de 2,7% registrado em 2017.

O estudo destaca que o crescimento desses MEIs em 2020 foi impulsionado, na maioria, pelas vendas online (Mendes, 2021). A facilidade na criação, junto a pouca burocracia associada ao registro como MEI, emergiu como um dos pilares fundamentais na retomada da economia (Martello, 2021).

Além disso, é relevante ressaltar que o segmento dos microempreendimentos desempenha um papel crucial na economia brasileira. O número de micro e pequenas empresas em operação no país é expressivo e crescente. Segundo Lemes, esses empreendimentos representam até 99% do total de negócios no Brasil. Adicionalmente, indicadores corroboram a significativa contribuição das micro e pequenas empresas para o Produto Interno Bruto (PIB) e para a geração de empregos (Lemes, 2019).

O segmento dos microempreendimentos, embora desempenhe um papel relevante na economia do país, enfrenta uma elevada taxa de mortalidade. No contexto da sobrevivência das Micro e Pequenas Empresas (MPes), como destacado por Lemes (2019), essas empresas, que contribuem significativamente para a geração de empregos formais, confrontam desafios intrínsecos ao planejamento de negócios, sendo a falta de capital de giro uma das principais causas do encerramento de suas atividades.

Além disso, segundo as Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais do IBGE, indicam que, no ano de 2021, o Brasil contava com 13,2 milhões de Microempreendedores Individuais (MEIs). Esse contingente representa 69,7% do total de empresas e outras organizações, além de corresponder a 19,2% do total de ocupados formais, incluindo os MEIs. Esses números demonstram um aumento em relação a 2019, período em que o país registrava 9,6 milhões de MEIs, equivalentes a 64,7% do total de empresas e outras organizações, e representando 15,2% do total de ocupados formais. O termo “total de ocupados formais” engloba a soma dos MEIs, seus empregados e o pessoal ocupado do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE.

Diante deste cenário, o potencial empreendedor está intrinsecamente ligado ao conhecimento tecnológico, conforme abordado pelo processo de aprendizagem denominado "learnhow", no qual o empreendedor deve possuir habilidades como domínio das ferramentas gerenciais e atitudes que atendam ao novo contexto da economia digital. Esse conjunto instrumental é fundamental para o empreendedor alcançar o sucesso em um ambiente caracterizado por rápidas mudanças e complexidades (Farah, Cavalcanti & Marcondes, 2017).

De acordo com uma pesquisa conduzida pelo Sebrae em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) em novembro de 2021, observa-se que os Microempreendedores Individuais (MEIs) foram os que mais utilizaram o PIX como método de pagamento instantâneo. Assim, sua forma de recebimento, um ano após o seu lançamento, conta com 87% dos MEIs registrados no país adotando essa modalidade. Posteriormente, os proprietários de micro e pequenas empresas registraram uma taxa de adesão de 85% (Sebrae, 2023).

Mais adiante, por meio de outra pesquisa realizada em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os meses de agosto e setembro de 2022, e envolveu a participação de mais de 6 mil empresários de todos os estados do Brasil. Nessa pesquisa, o Sebrae identificou que o PIX emergiu como o meio de pagamento mais utilizado pelos clientes de pequenos negócios. Consequentemente, a funcionalidade de pagamento digital e instantâneo tornou-se a principal forma de recebimento para 42% dos empreendedores, superando outras modalidades de pagamento, como dinheiro e cartões de crédito (Sebrae, 2023).

O estudo do Sebrae destacou mais uma vez a relevância do PIX entre os microempreendedores individuais (MEIs), com 51% dos entrevistados confirmando que o PIX é o principal meio de recebimento utilizado em seus serviços e vendas. Além disso, a pesquisa revela que, entre as micro e pequenas empresas, os pagamentos realizados via PIX estão equiparados aos realizados por cartão de crédito, com taxas de adesão de 28% e 30%, respectivamente, do total de clientes (Sebrae, 2023).

Os dados indicam que mais de 50% dos pagamentos recebidos pelos microempreendedores são realizados por meio do PIX, seguido por cartão de crédito e dinheiro. Notavelmente, para as microempresas, o cartão de crédito ainda é a forma de pagamento mais recebida, seguida por PIX e outros. Por outro lado, para as pequenas empresas, o PIX é a forma de pagamento mais recebida, seguida de cartão de crédito e outros (Sebrae, 2023).

2.3 Vendas a prazo informais e a inclusão financeira

Para realizar a concessão de crédito, é comum que as empresas conduzam uma análise minuciosa da situação econômica e financeira do cliente, considerando sua capacidade e disposição para o pagamento das contas, bem como avaliem os dados cadastrais do cliente, entre outras informações relevantes. Entretanto, é importante reconhecer que essas informações podem não ser prioritárias quando o micro e pequeno empresário opta por realizar vendas mediante meios informais, como notinhas, notas promissórias e cheques pré-datados, devido às peculiaridades desse tipo de transação (Almeida, Carmo, Silva, 2013).

Nesse cenário, a relação de confiança entre o vendedor e o cliente desempenha um papel crucial. O histórico de relacionamento comercial, a reputação e a integridade do cliente ganham destaque, por serem fatores determinantes para o sucesso da transação. Além disso, aspectos culturais e sociais também podem influenciar essa dinâmica, uma vez que esses métodos de pagamento informais podem refletir práticas arraigadas na comunidade local (Pamplona, 2013).

Em contrapartida, a falta de formalidade dessas transações pode acarretar maior risco para o micro e pequeno empresário, visto que há menor segurança jurídica e garantias em caso de inadimplência por parte do cliente. Dessa forma, para Almeida, Carmo e Silva (2013), embora as informações tradicionais de análise de crédito possam não ser tão relevantes nesse contexto específico, é fundamental que o empresário adote medidas para mitigar os riscos associados a esse tipo de venda. Uma das estratégias é estabelecer políticas claras de crédito, monitorar de perto as contas a receber e buscar formas alternativas de proteção financeira, como o seguro de crédito (Almeida, Carmo, Silva, 2013).

Portanto, enquanto as informações econômicas e financeiras continuam a ser importantes em muitos processos de concessão de crédito, é essencial reconhecer as particularidades das vendas informais e adaptar as estratégias de gestão de crédito consoante as necessidades e características desse contexto específico.

Ademais, as vendas a prazo, mesmo que informais, evidenciam a necessidade de políticas de inclusão financeira, que sejam adaptadas à realidade dos microempreendedores e consumidores informais. Isso pode envolver iniciativas para promover a educação financeira, facilitar o acesso a serviços financeiros formais e incentivar a formalização de transações comerciais (Chein, 2014).

Na tentativa de mitigar os obstáculos enfrentados tanto pelas MPEs, quanto pelos seus respectivos consumidores, surgem meios de pagamentos instantâneos como o PIX que já fora elucidado acima, garantindo um maior conforto para os clientes e maior confiabilidade na relação cliente-comprador é promovida a inclusão financeira.

A inclusão financeira é definida como a condição na qual os adultos possuem acesso a uma variedade de serviços financeiros, tais como crédito, poupança, pagamentos, seguros, previdência e investimentos, oferecidos por instituições formais, sejam elas Financeiras (IF), de Pagamento (IP) ou de outras naturezas (BCB, 2022). Adicionalmente, essa inclusão financeira pode ser abordada no contexto dos meios digitais, sendo denominada de “inclusão financeira digital”, que se caracteriza pela utilização de recursos digitais para ampliar o acesso aos serviços financeiros (BCB, 2022).

A relevância da inclusão financeira é indiscutível para o desenvolvimento, sendo considerada uma parte integrante do conceito de desenvolvimento humano, conforme estipulado na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento das Nações Unidas, ratificada em 1986. Nessa declaração, o desenvolvimento humano é reconhecido como um direito inalienável e de responsabilidade dos Estados, os quais têm o dever de criar um ambiente propício ao desenvolvimento humano. Quando efetivada por meio do acesso adequado aos serviços financeiros, a inclusão financeira potencializa a liberdade individual para promover mudanças em sua realidade, facilitando o acesso a recursos financeiros e, conseqüentemente, contribuindo para o combate à pobreza (Santiago; Zanetoni; Vita, 2020).

Nesse contexto, Santiago, Zanetoni e Vita (2020) destacam que a redução dos custos relacionados às transações financeiras e à manutenção de relacionamentos bancários é crucial na busca pela inclusão e democratização financeira. Esses custos são apontados como um dos principais obstáculos à abertura de contas bancárias no Brasil (World Bank Group, 2022). Assim, a eliminação das barreiras presentes no Sistema Financeiro Nacional contribui para o crescimento do desenvolvimento social e econômico dos indivíduos (Santiago; Zanetoni; Vita, 2020).

Dessa forma, o aumento do poder de compra, derivado da expansão do consumo e do acesso ao crédito nos últimos anos, é resultado de diversos fatores. Por um lado, observa-se o reconhecimento por parte das instituições financeiras e grandes redes varejistas da relevância e necessidade de desburocratizar o crédito, visando ampliar seus mercados e receitas. Por outro lado, nota-se uma crescente conscientização por parte da população, especialmente aquela de menor poder aquisitivo, sobre a possibilidade de adquirir bens e serviços por meio do crédito.

É pertinente ressaltar que, embora o aumento do poder de compra possa ocorrer, não implica necessariamente a redução das desigualdades socioespaciais. Como apontado por Sposito (2011), a ampliação do consumo no Brasil muitas vezes colocou os direitos do consumidor em destaque, em detrimento dos direitos de cidadania. Em 2015, por exemplo, a distribuição de renda para a população brasileira mostrou tendências regressivas, refletindo uma nova conjuntura política e macroeconômica nacional. (Pinto; Gonçalves, 2015).

Por outro lado, a predominância de vendas a prazo, caracterizadas como informais, pode representar um desafio para a inclusão financeira em seu sentido mais amplo. Isso ocorre porque transações informais muitas vezes operam fora do escopo regulatório e podem não contribuir para o desenvolvimento de um histórico de crédito formal para os consumidores.

Além disso, os consumidores que dependem dessas transações podem ter uma compreensão limitada de conceitos financeiros formais, como taxas de juros e parcelamentos, enquanto os microempreendedores podem enfrentar desafios na gestão de fluxo de caixa e previsão de receitas.

Como já mencionado ao longo do artigo, desde meados de 2020, a pandemia da COVID-19 trouxe desafios adicionais. O isolamento social necessário para conter a disseminação da doença resultou na queda de diversos setores da economia, com destaque para a indústria. Além disso, os estabelecimentos comerciais e de serviços enfrentaram restrições operacionais, exigindo adaptações na forma de atendimento aos clientes. Modalidades como *delivery*, *drive-thru* e *takeaway*, que já existiam antes da pandemia, foram amplamente intensificadas, oferecendo maior comodidade e agilidade aos consumidores.

A pandemia também provocou mudanças significativas nos hábitos de consumo da população brasileira. O consumo eletrônico e sem contato, facilitado por tecnologias como pagamentos por aproximação (NFC ou QR code) e pagamentos instantâneos (PIX), ganhou destaque. No entanto, é importante considerar que as desigualdades socioespaciais presentes nas cidades brasileiras influenciam a relação entre crédito, consumo e cotidiano. Indivíduos de diferentes segmentos sociais e econômicos enfrentam realidades distintas, sendo que para aqueles de menor poder aquisitivo, a dependência do crédito para atender necessidades básicas é mais acentuada.

Em suma, as vendas a prazo, as quais são chamadas de informais, podem desempenhar um papel tanto na inclusão financeira quanto na exclusão, dependendo do contexto específico. É importante compreender essas dinâmicas para desenvolver estratégias eficazes de promoção da inclusão financeira que atendam às necessidades de todos os segmentos da população.

2.4 Impacto da Contabilidade na Gestão de Microempreendimentos

De acordo com Bampi e Silva (2018), a contabilidade é empregada com o propósito de fornecer aos empresários esclarecimentos abrangentes acerca das particularidades de natureza econômica e financeira do patrimônio de suas entidades. Através dos registros, análises e demonstrações contábeis, os contadores conseguem elaborar planilhas, tabelas e outros instrumentos que os auxiliam nas tomadas de decisão. Destarte, considerando todas essas informações contábeis, é possível afirmar que a contabilidade, juntamente com suas informações correlatas, constitui uma ferramenta indispensável para qualquer empreendimento.

De modo que a contabilidade oferece uma gama de recursos considerável, ficando a cargo dos usuários a aplicação desta ciência nos mais diversos processos no âmbito da gestão empresarial. Ademais, os gestores devem permanecer vigilantes e adequadamente preparados para zelar pela saúde financeira e auxiliar nas decisões conforme as circunstâncias do negócio, gerenciando o controle de contas a pagar, contas a receber, fluxos de caixa e, especialmente, orçamentos empresariais (Morais; Zotte Júnior, 2019).

O MEI é definido como uma forma simplificada de empreendedorismo, concebida para pequenos empresários que atuam por conta própria, com faturamento anual limitado e acesso a benefícios previdenciários e fiscais. Segundo Gonçalves (2022), o MEI é regulamentado pela Lei Complementar n.º 128/2008 e caracteriza-se pela sua simplicidade burocrática e tributária, sendo uma opção acessível para empreendedores individuais que desejam formalizar suas atividades.

Nesse âmbito, por meio da contabilidade, as empresas encontram maiores facilidades para arquivar e comprovar suas movimentações sempre que necessário. Dessa forma, a obtenção de uma visão otimizada que facilita nas orientações, bem como no entendimento dos processos envolvendo a gestão empresarial do MEI, torna-se de suma importância contar com um profissional qualificado na área para cumprir com essas obrigações (Chupel; Sobral; Barella, 2014).

Além disso, é comum deparar-se com a proliferação de pequenas empresas que surgem com o intuito de obter lucro, e, embora esses empreendimentos representem um comportamento econômico de grande importância, também surgem as complexidades de gerenciamento e, consequentemente, discussões acerca da necessidade de utilização da contabilidade ou não (Chupel; Sobral; Barella, 2014).

Conforme estipulado pela Lei 128/2008, não existem normas que obriguem o Microempreendedor Individual (MEI) a manter uma contabilidade ou assistência para administrar seu patrimônio. Entretanto, é imprescindível contar com um contador para colaborar com a entidade, uma vez que esses profissionais proporcionam melhorias nas organizações contábeis, mantendo-se vigilantes em relação aos diversos procedimentos a serem executados, prevenindo erros por meio de declarações e elaborando relatórios simplificados que contribuem para a compreensão das atividades.

A contabilidade é reconhecida como uma ferramenta eficaz, aplicada em diversos planejamentos estratégicos, o que evidencia que, antes mesmo de cometer atos que não estejam em conformidade com a legislação que rege o MEI. Assim, é fundamental que os empresários compreendam que certas atividades requerem conhecimentos técnicos de um profissional contábil, como, por exemplo, todas as questões pertinentes às contas de admissão, cálculo do 13º salário, férias e rescisões trabalhistas (Lizote, 2019). Sempre que surgem dúvidas ou equívocos relacionados à tributação fiscal, o MEI recorre ao contador, uma vez que esses profissionais são especializados na área e possuem conhecimento aprofundado sobre o assunto (Morais; Feitosa Filho, 2019).

3 Procedimentos metodológicos

Neste artigo, foi realizada uma revisão de literatura acerca do surgimento do PIX e a relação com inclusão digital e financeira e microempreendedorismo, no qual se buscou identificar estudos anteriores, conceitos-chave e lacunas no conhecimento existente. Assim, ele se caracteriza como exploratório, com emprego do método indutivo para pesquisa de campo e dedutivo pelo emprego da revisão da literatura.

O estudo teve foco na cidade de Mamanguape, a fim de proporcionar uma análise mais detalhada do contexto local e das características socioeconômicas específicas que podem influenciar nos modos operandi de gerenciar um microempreendimento. Tratando de setores específicos da economia, especialmente alimentação, prestação de serviços.

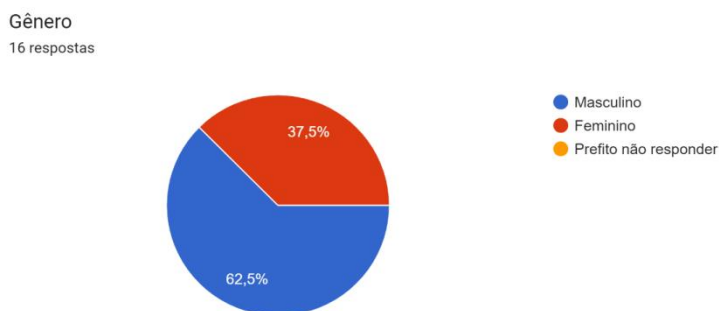
Além disso, buscou-se capturar dados recentes e relevantes sobre a adoção da tecnologia e as mudanças nas vendas de microempreendedores, de 2020 a 2022. Em paralelo, estudaram-se as preferências de compra junto aos microempreendedores, como autônomos, pequenos comerciantes ou prestadores de serviços, para permitir uma análise mais detalhada das necessidades e desafios particulares desses grupos.

Para tanto, foi elaborado um questionário eletrônico, por meio do Google Forms® para angariar todos os dados importantes, destacando as principais variáveis a serem investigadas, como a aceitação do PIX, as percepções sobre segurança, a influência na inclusão digital e o impacto nas vendas dos microempreendedores. Os dados são tratados com estatística descritiva.

4 Apresentação e análise dos resultados

Ao todo foram 16 respondentes num formulário eletrônico *Google Forms*®. A primeira etapa buscou-se identificar o perfil dos respondentes com perguntas como gênero, faixa etária e renda familiar.

Figura 1: Gênero dos respondentes

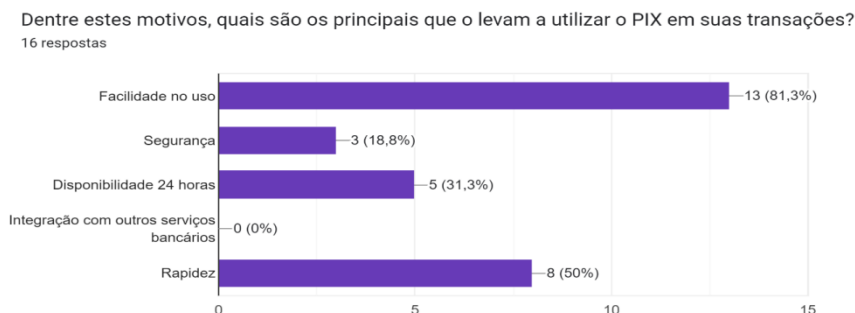


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024).

No qual conclui-se que mais da metade dos indivíduos que participaram da pesquisa são homens enquanto apenas 37,5% são mulheres. Já no que diz respeito a faixa etária a maioria possui mais de 30 anos, ou seja, 81,3% enquanto, 18,7% está entre 25-30 anos.

O próximo questionamento era se o indivíduo estava familiarizado com o sistema de pagamentos PIX e todo o grupo em questão respondeu positivamente. Em seguida, questionamos sobre a frequência do uso deste tipo de pagamento numa escala de 0 a 7, no doze dos dezesseis afirmaram utilizar muito do PIX em transações financeiras. Tal fato evidencia o alto uso do sistema de pagamentos instantâneos na sociedade, provando seu impacto na atualidade.

Diante disto, interroga-se sobre os motivos que levam a um indivíduo a usar o PIX como meio de pagamento, conforme exposto na figura 2 abaixo:

Figura 2: Motivos que levam a utilização do PIX

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024).

Como se pode perceber, as alternativas mais escolhidas pelo grupo foram: facilidade no uso, rapidez e disponibilidade 24 horas. Ou seja, com o mundo globalizado, os meios de serviço que se mostram rápidos e de fácil acesso ganham destaque perante os demais. Sobretudo quando se deseja garantir comodidade e conveniência.

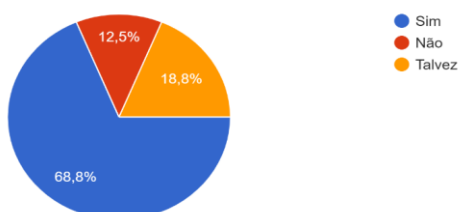
Isso porque, anteriormente, com o uso dos boletos, por exemplo, existia um prazo de 3 a 5 dias úteis para debitar o valor. Para tentar competir com a agilidade fornecida pelo PIX, os bancos atualmente já conseguem debitar algo num período mais curto de apenas 30 minutos em média (Jornal Contábil, 2024).

Já quando questionamos sobre o PIX facilitar supostamente o acesso a serviços financeiros para pessoas que não possuem contas bancárias tradicionais, apenas 12,5% não concordam com a assertiva, enquanto 68,8% concordam, conforme figura 3.

O que pode ser entendido como redução de burocracia, visto que muitos não conseguem ter acesso a contas bancárias tradicionais por não preencherem alguns dos pré-requisitos ou até mesmo por falta de informação. A partir de então, é perceptível também uma inclusão financeira, enquanto as transações deixam de ocorrer no modo informal.

Figura 3: Pix facilita acesso a serviços financeiros para quem não possui contas tradicionais?

Você acredita que o uso do PIX facilita o acesso a serviços financeiros para pessoas que não possuem contas bancárias tradicionais?
16 respostas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024).

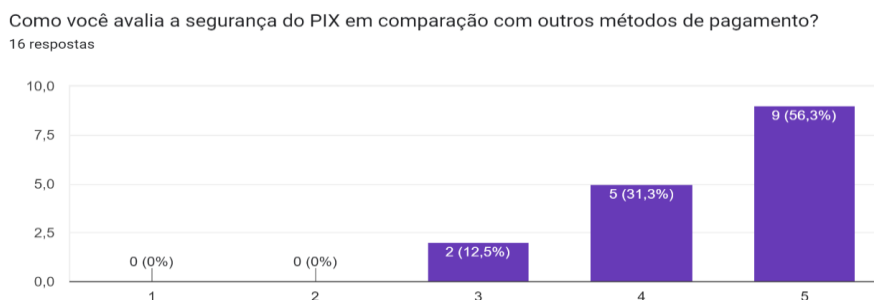
Nas questões seguintes, o objetivo era identificar como o uso do PIX afetou a experiência de compra, em comparação com métodos de pagamento tradicionais, como dinheiro ou cartão de débito/crédito. Bem como, se o indivíduo experimentou alguma dificuldade ao usar o PIX e o grupo respondeu, em sua maioria, que o PIX facilitou o ato de comprar pela rapidez e agilidade, entretanto quase todos obtiveram dificuldades com o PIX no quesito falta de internet para utilizar o serviço.

Além disso, vale ressaltar a necessidade de atenção redobrada ao preencher os dados para enviar PIX, pois corre o risco de ser destinado a alguém indevidamente e por ser

instantâneo. Nesses casos, há dificuldades para conseguir reaver o valor em questão, mesmo que haja, hoje em dia, ferramentas específicas para sanar este problema. Enquanto, ao utilizar transações bancárias, é mais fácil comprovar o ato falho (E-investidor, 2023).

Ainda assim, todo o grupo respondente acredita que a adoção do PIX aumentou a conveniência das transações financeiras para os consumidores em geral. A respeito da segurança do PIX em comparação com os outros meios de pagamento numa escala de 0 a 5, nove dos respondentes julgaram o PIX muito seguro, o que corresponde a mais da metade, 56,3%, segundo disposto na figura 4:

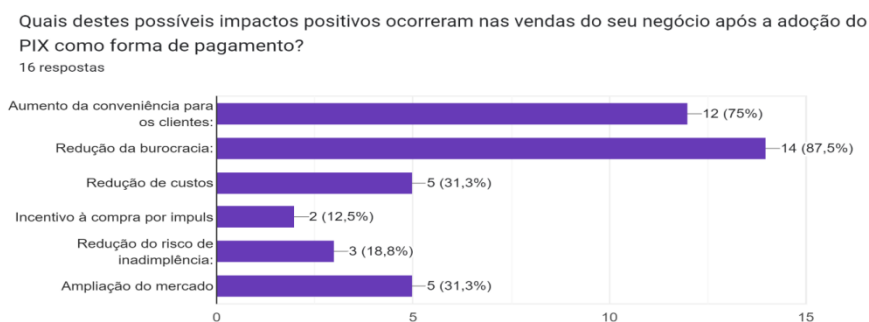
Figura 4: Segurança do PIX em relação aos demais meios de pagamento



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024).

No que concerne aos possíveis impactos positivos da utilização do PIX para os microempreendedores, os quais são o foco desta pesquisa, temos, em geral, que houve o aumento da conveniência para os clientes, redução da burocracia, redução de custos e ampliação de mercado, conforme figura 5.

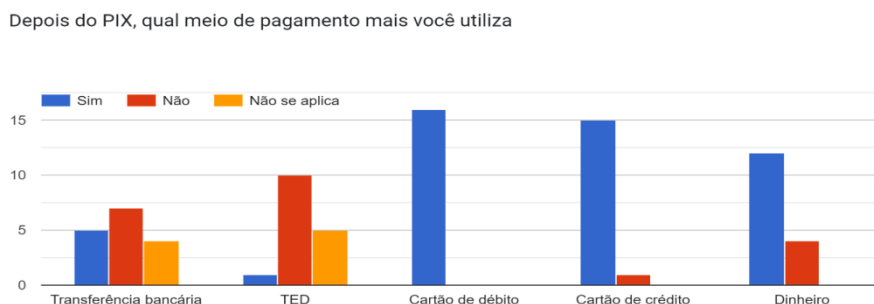
Figura 5: Impactos positivos nas vendas para microempreendedor após adoção do PIX



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024).

A ampliação de mercado, por sua vez, pode ser percebida enquanto os clientes possuem à sua disposição os meios de serviço de forma vasta e fora do horário comercial. No caso em tela, o PIX se encontra num meio digital, disponível 24 horas por dia, estando intrinsecamente ligado à conveniência para os clientes em geral.

Já no fim do questionário, pergunta-se sobre qual meio de pagamento o indivíduo mais utiliza depois do PIX e é possível concluir, conforme figura 6, que cartão de débito, cartão de crédito e dinheiro são os meios mais escolhidos pelos 16 participantes desta pesquisa.

Figura 6: Depois do PIX, qual meio de pagamento mais utilizado

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024).

A figura acima, denota também um cenário de baixo acesso aos bancos, uma vez que a transferência em geral ocorre para o mesmo banco, diferente da TED que é para bancos diferentes. Esse monopólio em algumas cidades, leva a um cenário que é bem complexo.

5 Considerações finais

Diante dos dados apresentados, conclui-se que a incorporação do sistema de pagamento instantâneo PIX tem se mostrado uma estratégia promissora para otimizar as transações comerciais, particularmente em ambientes informais e para microempreendedores. Ao oferecer uma alternativa ágil e conveniente aos métodos tradicionais, o PIX facilita as vendas a prazo e agiliza o processo de pagamento para os clientes.

Uma das principais vantagens do PIX reside na sua capacidade de confirmar as transações de forma quase instantânea. Isso não apenas reduz o tempo de espera para a liberação dos produtos ou serviços, mas também minimiza o risco de inadimplência, uma preocupação frequente em transações comerciais a prazo.

Além disso, o custo mais baixo associado ao PIX em comparação com outras modalidades de pagamento, como as taxas cobradas por maquininhas de cartão de crédito, representa uma economia significativa para os microempreendedores. Essa redução de despesas pode ter um impacto positivo direto em suas operações financeiras.

Vale ressaltar que embora geralmente as taxas inerentes ao PIX sejam mais baixas do que as taxas de cartões de crédito ou débito, elas ainda representam um custo adicional para os microempreendedores, especialmente quando se trata de volumes significativos de transações. Essas taxas podem impactar significativamente a lucratividade dos negócios de menor porte, especialmente aqueles que operam com margens de lucro estreitas.

Ademais, há a dependência de infraestrutura tecnológica, ou seja, o funcionamento adequado do PIX requer acesso estável à internet e sistemas bancários confiáveis, algo que pode não estar disponível em todas as regiões ou para todos os microempreendedores, especialmente aqueles localizados em áreas rurais ou remotas. Esse fator foi evidenciado no questionário, com quase toda a população respondente apontando a falta de internet como principal dificuldade no uso do PIX.

Contudo, no geral, é possível concluir também que a integração do PIX aos sistemas bancários simplifica o gerenciamento financeiro para os microempreendedores, proporcionando uma visão mais clara e precisa das receitas e despesas. Essa praticidade é fundamental para a saúde financeira dos negócios, especialmente em ambientes comerciais de menor porte.

De modo que, ao adotar o PIX como forma de pagamento, os microempreendedores podem expandir seu alcance e atrair uma base mais ampla de clientes. A conveniência e a

rapidez oferecidas por essa modalidade de pagamento são altamente valorizadas pelos consumidores, o que pode resultar em um aumento nas vendas e na fidelização do cliente.

Vale mencionar ainda que, apesar de o escopo de análise em questão ser bastante limitado, não afeta na relevância e necessidade de discussão desta temática, especialmente ao considerar que, segundo a Federação Brasileira de Bancos. O sistema de pagamentos instantâneos (PIX) é o meio de pagamento mais utilizado, superando, inclusive, o dinheiro em papel (FEBRABAN, 2024).

Nesse sentido, conforme informações divulgadas pelo Banco Central (BC), as transações financeiras efetuadas por meio do sistema de pagamento instantâneo Pix atingiram o montante de R\$ 17,2 trilhões em 2023, denotando um crescimento de 57,8% em comparação com o ano precedente e estabelecendo um novo recorde em volume transacional.

Visando aperfeiçoar e desenvolver continuamente o referido sistema de pagamentos, o Banco Central delineou uma agenda de alterações e atualizações para os próximos anos. Tais diretrizes englobam as principais expectativas e inovações relacionadas ao Pix. Uma das implementações previstas é o lançamento do Pix Automático, cuja estreia está programada para outubro de 2024.

Esta modalidade possibilitará aos consumidores a autorização prévia de pagamentos recorrentes, englobando transações que ocorrem em intervalos regulares. Exemplos de serviços que poderão ser contemplados por este método incluem contas de serviços públicos, mensalidades educacionais, planos de saúde e assinaturas diversas. O funcionamento desse sistema assemelhar-se-á ao débito automático, realizando a liquidação diretamente da conta bancária do cliente, sem a necessidade de autenticação manual em cada operação. A expectativa é que o Pix Automático proporcione maior fluidez e conveniência aos usuários, além de contribuir para a redução da inadimplência e otimização dos processos de cobrança, especialmente para negócios que adotam o modelo de recorrência.

Outra medida implementada foi a introdução de um canal secundário de transmissão de mensagens em outubro de 2023. Esse canal se destina especificamente ao processamento de pagamentos não prioritários do PIX, como transações agendadas. O propósito desta inovação na infraestrutura tecnológica do PIX é mitigar a sobrecarga do sistema, evitando a acumulação de lotes de pagamento em determinados horários e priorizando transações que requerem liquidação imediata.

Além disso, o Banco Central contempla a possibilidade de integração do Pix a sistemas de pagamentos instantâneos internacionais no futuro. Isso possibilitaria transações entre o Brasil e outros países, facilitando remessas, pagamentos integrados e aquisição de bens e serviços no exterior. Destaca-se que o PIX foi concebido seguindo padrões internacionais de comunicação, visando facilitar essa conexão.

Em relação à segurança, as atualizações do Pix constituem uma pauta constante na agenda do Banco Central. No ano anterior, foram anunciadas melhorias nos dados de segurança das chaves PIX, com a proposta de criar campos para aprimorar o registro de transações fraudulentas e reformular os dados disponibilizados na consulta de chaves ou usuários, tornando-os mais abrangentes e relevantes ao longo do tempo. Esta última medida visa fornecer subsídios adicionais às instituições financeiras para otimizar seus mecanismos de prevenção a fraudes.

Na 20ª reunião do Fórum Pix, discutiu-se ainda a possibilidade de estabelecimento de um canal padronizado para denúncias nos aplicativos das instituições que oferecem o PIX, visando facilitar o reporte de casos de fraude pelos usuários.

Outra perspectiva de desenvolvimento futuro é a realização de transações por Pix sem necessidade de conexão à internet por parte do pagador, bem como o desenvolvimento de novas formas de iniciação de pagamentos por PIX, utilizando tecnologias de proximidade, como NFC,

RFID, *bluetooth* e biometria. O que sanaria boa parte das dificuldades apresentadas pelos entrevistados.

Embora não esteja oficialmente agendado, o parcelamento de pagamentos por meio do PIX já é uma solução oferecida por algumas instituições financeiras privadas. O Banco Central acompanha a evolução desse mercado e poderá, futuramente, criar um produto único ou estabelecer regras padronizadas para o uso de mecanismos de garantia vinculados às transações, visando mitigar o risco de inadimplência.

Por fim, conclui-se que, embora muitas das inovações e melhorias previstas para o PIX ainda não tenham prazos definidos, o Banco Central reitera seu compromisso em monitorar constantemente o mercado e implementar ajustes no sistema conforme necessário. É, portanto, essencial que os agentes econômicos acompanhem de perto essas evoluções para se manterem atualizados com as tendências e avanços no cenário de pagamentos.

A hipótese de pesquisa se mostrou válida ao constatar a eficiência do meio de pagamento em questão, no cotidiano dos microempreendedores aqui apresentados. Contudo, evidencia-se também a importância do contador como ferramenta aliada para o bom proveito da informação contábil de um negócio, corroborando em prol de uma inclusão financeira e diminuição da informalidade.

Referências

Almeida, M. G., Carmo, L. de A., & Silva, S. R. R. (2013). O trabalho informal como alternativa no mundo de trabalho atual. In IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 2. Fortaleza.

Bampi, C., & Silva, H. A. C. (2018). A Contabilidade Gerencial como Ferramenta de Gestão em Uma Microempresa de Lucas do Rio Verde: Estudo de Caso da Empresa Lima Felisberto & Cia Ltda ME. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, 3(5), 107-146. ISSN: 2448-0959. Banco Central do Brasil. (2022). Perguntas frequentes. Recuperado de <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/perguntasfrequentess>

Banco Central do Brasil. (2023a). Estatísticas do PIX. Recuperado de <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/estatisticasPIX>

Banco Central do Brasil. (2023b). Pagamentos Instantâneos. Recuperado de <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/gtpagamentos>

Banco Central do Brasil. (2023). Fórum Pix: 20ª Reunião Plenária. Recuperado de https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/pix/Forum_Pix_Plenaria/20231003-Forum_Pix.pdf

Banco Central do Brasil. (2024). Pix. Recuperado de <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix>

Chein, F., et al. (2014). Imperfeições no mercado de crédito e racionamento de crédito: uma análise para o setor informal no Brasil. Nova Economia, 24(1).

Chupel, J. F., Sobral, E., & Barella, L. A. (2014). A importância da contabilidade para microempreendedor individual. Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta, 3(2), 64-82.

e-Investidor. (2023.). PIX: O que fazer se enviar dinheiro para a pessoa errada? Recuperado de <https://einvestidor.estadao.com.br/comportamento/pix-banco-central-dinheiro-de-volta/>

Farah, O. E., Cavalcanti, M., & Marcondes, L. P. (2017). Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas. São Paulo: Cengage Learning Brasil.

Febraban. (2023). PIX é o meio de pagamento mais usado no Brasil em 2022; TED lidera em valores transacionados. Recuperado de <https://portal.febraban.org.br/noticia/3912/pt-br/>

Gonçalves, L. D. (2022). A importância do profissional da contabilidade para o microempreendedor individual (MEI).

Guimarães Júnior, D. S., et al. (2020). Efeitos da Pandemia do COVID-19 na Transformação Digital de Pequenos Negócios. Revista de Engenharia e Pesquisa Aplicada, 5(4), 1-10.

Horngren, C. T., Sundem, G. L., & Stratton, W. O. (2006). Contabilidade gerencial (12a ed.). São Paulo: Prentice Hall.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comissão Nacional de Classificação. (2021). Recuperado de <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=classe&tipo=cnae&versao=10&classe=96025>

Jornal Contábil. (2024). Para competir com o PIX, os pagamentos de boletos serão compensados mais rápido. Recuperado de <https://www.jornalcontabil.com.br/noticia/80808/para-competir-com-o-pix-os-pagamentos-de-boletos-serao-compensados-mais-rapido>

Lemes, A. (2019). Administrando micro e pequenas empresas. Rio de Janeiro: Editora Elsevier Ltda.

Leite, L. M. (2021). A evolução dos meios de pagamentos digitais no Brasil durante a pandemia do Covid-19: uma análise sobre o PIX. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de São Paulo.

Lizote, S. A.; Alves, C. S. R.; Cavaleiro, C. C. Perceived organizational factor, internal marketing and organizational commitment in university teachers. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 13, n. 2, p. 88-107, 2019. Doi: <https://doi.org/10.12712/rpca.v13i2.28209>

Locatelli, D. R. S., Tessaro, C. R., & Danieli, D. (2020). Impactos da pandemia da covid-19 nos negócios: percepções iniciais dos empreendedores. XXII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente.

Longenecker, J. G., et al. (2018). Administração de Pequenas Empresas. São Paulo: Cengage.

Martello, A. (2021). Em meio à pandemia, Brasil abriu 2,3 milhões de empresas a mais do que fechou em 2020, diz ministério. G1. Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/02/brasil-registra-saldo-positivo-de-23-milhoes-empresas-abertas-em-2020-diz-ministerio-da-economia.ghtml>

Martins, B. C., et al. (2017). Contabilidade gerencial como ferramenta para gestão financeira em microempresas do município de São Gabriel/RS. *Revista Congrega*, 1, 299-316.

Mendes, S. (2021). Pesquisa aponta que 64 mil empreendedores, MEIs, cresceram na pandemia. *Radioagência Nacional*. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-06/pesquisa-aponta-que-64-mil-empresarios-meis-cresceram-na-pandemia>

Morais, M. A. S.; Feitosa Filho, R. I. A Relevância do Contador para o Microempreendedor Individual (MEI). *ID On Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, v. 13, n. 43, p. 480-489, 2019.

Morais, R. A. C., & Zotte Júnior, A. C. B. (2019). A importância da contabilidade gerencial para microempresas e empresa de pequeno porte. *ID on line. Revista de psicologia*, 13(43), 903-921.

Neves, F. D. A. G. (2021). A prática do "fiado" na percepção dos empresários e consumidores: uma abordagem no município de Baía Formosa-RN. Trabalho de conclusão de curso. Recuperado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27875>

Nery, C. (2020). Seis em cada dez empresas percebem efeito negativo da Covid-19 nos negócios. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28403-seis-em-cada-dez-empresas-perceberam-efeitonegativo-da-covid-19-nos-negocios>.

Pamplona, J. B. (2013). Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 30(1).

Pinto, R. F., & Gonçalves, R. S. (2015). Desenvolvimento Sustentável: A Aplicação dos Modelos de Liderança em Empresas. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Recuperado de https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2015/TD_IE_017_2015_PINTO_GON%C3%87ALVES.pdf

Rogers, D., & Rogers, P. (2021). O Perfil do Empreendedor e as Práticas Empresariais Associadas à Oferta de Crédito Comercial Informal. *Gestão & Regionalidade*, 37(110).

Santiago, M. R., Zanetoni, J. P. L., & Vita, J. B. (2020). Inclusão financeira, inovação e promoção ao desenvolvimento social e econômico através do PIX. *Revista Jurídica Unicuritiba*, 4(61), 123-152.

Sebrae. (2023). PIX vira a principal forma de pagamentos recebidos pelos pequenos negócios. Recuperado de <https://agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/PIX-vira-a-principal-forma-de-pagamentos-recebidos-pelos-pequenos-negocios/>

Serasa Experian. (2021). Estudo Indica Crescimento de 9,1% dos MEIs Ativos no Brasil Durante a Pandemia. Recuperado de <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/estudo-indica-crescimento-de-91-dos-meis-ativos-no-brasil-durante-a-pandemia>

Schreiber, M. (2022). Quem criou o PIX?: Como ferramenta virou bandeira eleitoral de Bolsonaro. BBC News Brasil. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62654178>

Silva, M. A. C. C. D. (2023). PIX e sua inclusão financeira no sistema de pagamentos brasileiro. Trabalho de conclusão de curso. Recuperado de <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/6902>

Sposito, M. E. B. (2011). Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo [Projeto de Pesquisa]. São Paulo: FAPESP.

Stroehrer, A. M. (2005). Identificação das características das informações contábeis e a sua utilização para tomada de decisão organizacional de pequenas empresas. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/4556>

Tenconi, C. D., et al. (2011). Um estudo sobre as vantagens e desvantagens da lei do micro empreendedorismo individual para os trabalhadores informais. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121347>

Teófilo, E. M., & Zamperetti, R. (2018). Técnicas e ferramentas de gestão utilizadas por microempreendedores individuais de Juína/MT. Revista Científica da Ajes, 7(13).

World Bank Group. (2022). The Global Findex Database 2021. Recuperado de <https://www.worldbank.org/en/publication/globalfindex/Report>